



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PAUTA PREVISTA PARA:
29 DE MAIO A 2 DE JUNHO DE 2017
(Sujeita a alterações)**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
Coordenação de Apoio ao Plenário
Telefones: (0xx61) 3216-1144 / 1145 / 1146**

**29/05/2017
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**30/05/2017
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(COMISSÃO GERAL)
(ÀS 10 HORAS)**

**DEBATER A SITUAÇÃO DE CRISE NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELÉGRAFOS**

**30/05/2017
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 13 HORAS e 55 MINUTOS)**

ORDEM DO DIA

URGÊNCIA
(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

**ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 54-A, DE 2015
(DO SENADO FEDERAL)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 54-A, de 2015, que **dispõe sobre convênio que permita aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro fiscais instituídos em desacordo com o disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais**; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, proferido em Plenário, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste e dos de nºs 85/11, 188/12 e 435/14, apensados; e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do substitutivo

apresentado, e pela rejeição dos de nºs 85/11, 188/12 e 435/14, apensados (Relator: Dep. Alexandre Baldy). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Tendo apensados (3) os PLPs nºs 85/11, 188/12 e 435/14.

APROVADO O RQU Nº 5.468/16, EM 14/03/17.

**30/05/2017
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL
(NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)
(ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS)**

**DESTINADA À DELIBERAÇÃO DOS VETOS NºS 47 A 52 DE 2016, E NºS 1 A 11 DE 2017,
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2017, E DE OUTROS EXPEDIENTES.**

**31/05/2017
(QUARTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS)**

HOMENAGEM AO DIA MUNDIAL SEM TABACO

**31/05/2017
(QUARTA-FEIRA)**

**SESSÃO ORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**ORDEM DO DIA
(ÀS 16 HORAS)**

MATÉRIA SOBRE A MESA

- I. Requerimento nº 4.990/16, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 5.130, de 2016**, do Sr. João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **(Propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção) (NT 62 e T 64)****

- II. **Requerimento nº 6.150/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Resolução nº 190, de 2001**, da Sra. Nair Xavier Lobo, que **suprime o art. 105 do Regimento Interno, que trata do arquivamento das proposições ao final da legislatura.** (NT 62 e NT 64).
- III. **Requerimento nº 6.344/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.989, de 2017**, do Sr. Odorico Monteiro, que **altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet.** (NT 62 e T 64).
- IV. **Requerimento nº 6.356/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.917, de 2017**, do Sr. Aureo, que **dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação - CDV.** (T 62 e T 64).
- MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO**
- V. **Requerimento nº 6.361/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.063, de 2008**, do Sr. Edio Lopes, que altera a redação do art. 282, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **(Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada).** (NT 62 e T 64).
- VI. **Requerimento nº 6.368/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.376, de 2015**, do Senado Federal, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para **incluir o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito no rol dos crimes hediondos.** (NT 62 e T 64).
- VII. **Requerimento nº 5.376/16**, do Sr. Carlos Andrade, que **requer a instalação de Comissão Externa destinada a acompanhar o fluxo crescente de imigrantes venezuelanos que vem ocorrendo no estado de Roraima.**

URGÊNCIA

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

Votação

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 765, DE 2016
(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 765, de 2016, que **altera a remuneração de servidores de ex-Territórios e de servidores públicos federais; reorganiza cargos e carreiras, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões**, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Mista pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e pela aprovação total ou parcial das

Emendas de nºs 9, 11, 17, 18, 29, 34, 38, 44, 45, 57, 61, 64, 66, 71, 74, 77, 83, 88, 89, 108, 112 a 114, 116, 118 a 120, 129, 130, 145, 146, 151, 152, 160, 169, 176, 195, 198, 200, 202, 203, 232, 234, 235, 242, 244 a 246, 255, 256, 260, 266, 273, 275, 283, 284, 288, 307, 309, 310, 311, 318, 326, 328, 334, 339, 355, 359, 365, 369, 370, 371, 386, 396, 402, 405, 407 a 409, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2017, adotado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 8, 10, 12 a 16, 19 a 22, 24 a 28, 30 a 33, 35 a 37, 39 a 43, 47 a 56, 58 a 60, 62 a 63, 65, 67 a 70, 72, 73, 75, 76, 78 a 82, 84 a 87, 90 a 107, 109 a 111, 115, 117, 121 a 128, 131 a 144, 147 a 150, 153 a 159, 161 a 168, 170 a 175, 177 a 194, 196, 197, 199, 201, 204 a 231, 233, 236 a 241, 243, 247 a 254, 257 a 259, 261 a 265, 267 a 272, 274, 276 a 282, 285 a 287, 289 a 306, 308, 312 a 317, 319 a 325, 327, 329 a 333, 335 a 338, 340 a 354, 356 a 358, 360 a 364, 366 a 368, 372 a 385, 387 a 395, 397 a 401, 403, 404, 406. As Emendas de nºs 23 e 46 foram retiradas (Relator: Sen. Fernando Bezerra Coelho e Relator Revisor: Dep. Covatti Filho)

PRAZO NA CÂMARA: 01/03/2017

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2017

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2017

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2017

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

Discussão

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 2017 (DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 766, de 2017, que **institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**; tendo parecer da Comissão Mista pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e pela aprovação total ou parcial das emendas de nºs 2 a 4, 6 a 8, 10, 12 a 14, 16, 18 a 22, 24, 29, 30, 32, 37, 40 a 42, 44 a 47, 49, 51 a 53, 55 a 60, 62 a 65, 70 a 72, 74 a 79, 86, 89, 91 a 93, 95, 96, 98, 99, 101, 104, 110, 115, 117, 119, 120, 122, 125, 135 a 137, 140 a 143, 145, 148, 151 a 156, 158, 160 a 167, 170, 173, 175, 176, 180, 181, 183, 186, 188 a 190, 196, 200, 201, 206, 211, 214, 220, 223 a 226, 228, 230 a 232, 238, 239, 244, 246, 249 a 254, 260 a 262, 264, 266, 268, 269, 272, 279, 282, 284, 285, 292, 310, 315, 318, 321, 322, 325, 330, 333, 338, 342, 345, 346, 350, 353 a 355, 358, 359, 361, 363, 367 a 369 e 375; e pela rejeição das emendas de nºs 1, 5, 9, 11, 15, 17, 23, 25 a 28, 31, 33 a 36, 38, 39, 43, 48, 50, 54, 61, 66 a 69, 73, 80 a 85, 87, 88, 90, 94, 97, 100, 102, 103, 105 a 109, 111 a 114, 116, 118, 121, 123, 124, 126 a 134, 138, 139, 144, 146, 147, 149, 150, 157, 159, 168, 169, 171, 172, 174, 177 a 179, 182, 184, 185, 187, 191 a 195, 197 a 199, 202 a 205, 207 a 210, 212, 213, 215 a 219, 221, 222, 227, 229, 233 a 237, 240 a 243, 245, 247, 248, 255 a 259, 263, 265, 267, 270, 271, 273 a 278, 280, 281, 283, 286 a 291, 293 a 309, 311 a 314, 316, 317, 319, 320, 323, 324, 326 a 329, 331, 332, 334 a 337, 339 a 341, 343, 344, 347 a 349, 351, 352, 356, 357, 360, 362, 364 a 366, 370 a 374 e 376, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2017, adotado (Relator: Dep. Newton Cardoso Jr. e Relator Revisor: Sen. Ciro Nogueira). O Sr. Presidente do Congresso Nacional determinou que fossem considerados não escritos os Artigos de nºs 14, 15, 17 a 19 e 21 a 24 do referido Projeto de Lei de Conversão, renumerando-se os demais, na forma do texto consolidado.

PRAZO NA CÂMARA: 01/03/2017

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2017

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2017

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2017

RETIFICAÇÃO PUBLICADA NA EDIÇÃO EXTRA DO D.O.U DE 02/02/2017 - SEÇÃO 1 - PAG. 21.

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

3

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 768, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 768, de 2017, que **cria a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios**, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa desta e das Emendas de nºs 6 a 12, 14 a 18, 20 a 40 e 42 a 45; pela adequação financeira e orçamentária desta e das Emendas de nºs 1, 4 a 40 e 42 a 45; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 14 a 16, 20, 21, 23, 25, 26, 31, 32, 34, 36 a 40, 42 e 45, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2017, adotado; pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 1 a 5, 13 e 19; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 2 e 3; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 13, 17 a 19, 22, 24, 27 a 30, 33, 35, 43 e 44. A Emenda de nº 41 foi retirada (Relator: Dep. Cleber Verde).

PRAZO NA CÂMARA: 02/03/2017

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 20/03/2017

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 03/04/2017

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 02/06/2017

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

URGÊNCIA

(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

4

**PROJETO DE LEI Nº 333-E, DE 1999
(DO SR. ANTÔNIO KANDIR)**

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 333-B, de 1999, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, **que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação (Relator: Dep. Paulo Lima); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator: Dep. Léo Alcântara); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado (Relator: Dep. Paulo Magalhães). **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU, EM 14/12/00.

5

**PROJETO DE LEI Nº 4.742-A, DE 2001
(DO SR. MARCOS DE JESUS)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.742-A, de 2001, que introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, **dispondo**

sobre o crime de assédio moral no trabalho; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 4.960/01, apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Aldir Cabral). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (6) os PLs nºs. 4.960/01, 5.887/01, 5.971/01, 3.368/15, 5.503/16 e 7.461/17.

APROVADO O RQU Nº 4.109/16, EM 22/03/16.

6

PROJETO DE LEI Nº 5.273-C, DE 2016
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.273-C, de 2016, que **cria a Universidade Federal do Rondonópolis, por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso**; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda (Relator: Dep. Capitão Augusto); da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Ságuas Moraes); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Carlos Bezerra). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 4.481/16, EM 08/06/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

7

PROJETO DE LEI Nº 2.431-D, DE 2011
(DO SR. FELIPE BORNIER)

Discussão, em turno único, da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.431-C, de 2011, que **autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol**. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 4.415/16, EM 14/06/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

8

PROJETO DE LEI Nº 5.850, DE 2016
(DO SR. AUGUSTO COUTINHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.850, de 2016, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Pendente de parecer das Comissões de: Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(Agiliza procedimentos relacionados à destituição de poder familiar e à adoção de crianças e adolescente) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL nº 6.924/17.

APROVADO O RQU Nº 5.679/16, EM 15/02/17.

9

PROJETO DE LEI Nº 7.419-A, DE 2006
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.419-A, de 2006, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Pendente de parecer da Comissão Especial. **(Dispõe sobre a cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (138) os PLs nºs 4.076/01, 4.078/01, 4.367/01, 4.469/01, 4.570/01, 4.844/01, 7.267/02, 7.389/02, 71/03, 156/03, 311/03, 1.349/03, 1.603/03, 1.777/03, 2.474/03, 2.934/04, 3.058/04, 3.088/04, 3.247/04, 3.362/04, 3.708/04, 3.940/04, 4.075/04, 4.164/04,

4.632/04, 6.125/05, 6.510/06, 6.849/06, 7.128/06, 7.340/06, 7.600/06, 582/07, 590/07, 664/07, 756/07, 1.220/07, 1.942/07, 2.901/08, 3.473/08, 4.016/08, 4.393/08, 5.024/09, 5.143/09, 5.730/09, 6.483/09, 6.677/09, 6.821/10, 7.590/10, 7.594/10, 7.762/10, 8.048/10, 394/11, 657/11, 805/11, 1.076/11, 1.147/11, 1.431/11, 1.647/11, 1.677/11, 1.763/11, 2.066/11, 2.328/11, 2.538/11, 2.645/11, 2.734/11, 2.981/11, 2.982/11, 3.087/12, 3.285/12, 3.346/12, 3.675/12, 3.949/12, 4.036/12, 4.077/12, 4.201/12, 4.402/12, 4.726/12, 4.990/13, 5.152/13, 5.715/13, 5.912/13, 5.963/13, 6.067/13, 6.436/13, 6.714/13, 6.715/13, 6.819/13, 7.111/14, 7.142/14, 7.694/14, 7.844/14, 7.914/14, 69/15, 121/15, 176/15, 1.039/15, 1.272/15, 1.564/15, 1.948/15, 1.992/15, 2.128/15, 2.274/15, 2.295/15, 2.344/15, 2.504/15, 2.582/15, 2.608/15, 2.949/15, 3.223/15, 4.043/15, 4.097/15, 4.113/15, 4.294/16, 4.404/16, 4.477/16, 4.478/16, 4.485/16, 4.644/16, 4.729/16, 4.748/16, 4.787/16, 5.069/16, 5.113/16, 5.126/16, 5.191/16, 5.286/16, 5.532/16, 5.622/16, 5.779/16, 5.910/16, 6.033/16, 6.175/16, 6.455/16, 6.941/17, 6.948/17, 7.175/17, 7.501/17 e 7.589/17.

APROVADO O RQU N° 6.038/17, EM 08/03/17, PARA O PL 4.477/16, APENSADO.

10

PROJETO DE LEI N° 3.837, DE 2015
(DA SRA. RENATA ABREU)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 3.837, de 2015, que **torna obrigatória o registro de violência contra a mulher no prontuário de atendimento médico, na forma que especifica**. Pendente de parecer das Comissões: de Defesa dos Direitos da Mulher; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

APROVADO O RQU N° 6.014/17, EM 08/03/17.

11

PROJETO DE LEI N° 5.248 DE 2016
(DO SR. WEVERTON ROCHA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 5.248, de 2016, que **dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Ecocardiograma fetal em gestantes**. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (2) os PLs n°s 5.713/16 e 6.659/16.

APROVADO O RQU N° 6.027/17, EM 08/03/17.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

12

PROJETO DE LEI N° 1.530-C, DE 2015
(DO SR. EFRAIM FILHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 1.530-C, de 2015, que **dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, e dá outras providências**; tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Jose Stédile); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator: Dep. Luiz Lauro Filho); e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 6.026/17, EM 14/03/17.

13

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 337, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar n° 337, de 2017, que altera a Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, que **institui a Lei Orgânica da**

Advocacia-Geral da União. Pendente de parecer das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**
APROVADO O RQU N° 5.911/17, EM 05/04/17.

14

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 100-B, DE 2011
(DO SR. DOMINGOS SÁVIO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar n° 100-B, de 2011, que altera o §1º do art. 2º da Lei Complementar n° 130, de 17 de abril de 2009, que "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971"; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do de n° 241/13, apensado (relator: Dep. Luiz Carlos Hauly); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas; do de n° 241/13, apensado, com emenda; e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda (relator: Dep. Osmar Serraglio). **(Possibilita que os municípios que tenham disponibilidade de caixa depositem os recursos nas cooperativas de crédito) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PLP n° 241/13.

APROVADO O RQU N° 6.015/17, EM 16/05/17.

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 424-B, DE 2016
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 424-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011**; tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). **(NT 62 e NT 64)**

PRIORIDADE

(Art. 151, II, do Regimento Interno)

Discussão

16

PROJETO DE LEI N.º 7.291-A, DE 2006
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 7.291-A, de 2006, **que dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense**; tendo pareceres: da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos de n°s 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 2.965/00, 3.034/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05 e 2.875/00,

apensados (Relator: dep. Jorge Pinheiro); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemenda substitutiva, e pela rejeição dos de nºs 2.875/00, 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 2.965/00, 3.034/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05 e 933/07, apensados (Relator: Dep. Antônio Carlos Biffi); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com as alterações feitas pela Emenda Substitutiva da Comissão de Educação e Cultura, com subemenda, e, no mérito, pela rejeição dos de nºs 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05, 933/07 e 2.875/00, apensados; e pela inconstitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa dos de nºs 2.965/00 e 3.034/00, apensados (Relator: Dep. Ricardo Tripoli). **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (16) os Pls nºs: 2.875/00, 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05, 933/07, 1.466/11 e 1.565/11.

HÁ O RQU Nº 7.427/10, APRESENTADO.

17

PROJETO DE LEI Nº 1.572-B, DE 2007
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.572-B, de 2007, que aumenta as penas privativas de liberdade cominadas para os crimes contra a incolumidade pública descritos nos arts. 250, 251, 260, 261, 262 e 265 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; tendo parecer: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do de nº 257/07, apensado (Relator: Dep. Pinto Itamaraty); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste; pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do de nºs 257/07 e 4.218/08, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (Relator: Dep. Esperidião Amin). **(Aumenta as penas para crimes de incêndio, explosão, atentados contra serviços de transporte, perigo de desastre ferroviário, atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo, e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública) (NT 62 e T 64).**

Tendo apensados (2) os PLs nºs 257/07 e 4.218/08.

18

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76-B, DE 2007
(DO SR. JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 76-B, de 2007, que modifica o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007; tendo parecer: da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, pela aprovação deste, com emenda (Relator: Dep. Mauro Lopes); da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação deste, dos de nºs 380/08, 403/08 e 475/09, apensados, e da Emenda da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, com substitutivo (Relator: Dep. Júlio César); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e dos de nºs 380/08, 403/08, 475/09, 119/15, 106/15 e 128/15, apensados, com emendas; da Emenda da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemendas (Relator: Dep. Rodrigo Pacheco). **(Inclui municípios de Minas Gerais na área de abrangência da Sudene) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (6) os PLPs nºs 380/08, 403/08, 475/09, 106/15, 119/15 e 128/15.

HÁ O RQU Nº 4.009/16, APRESENTADO.

19

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 190-B, DE 2001
(DA SRA. NAIR XAVIER LOBO)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 190-B, de 2001, **que suprime o art. 105 do Regimento Interno, que trata do arquivamento das proposições ao final da legislatura**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Resolução nºs 100/03, 229/05, 5/07, 232/10, 234/10, 10/11 e 30/11, apensados, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e dos de nºs 70/03, 176/04, 229/05, 84/07, 1/11, 48/11, 191/13 e 240/14, apensados (Relator: Dep. Luiz Couto); e da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pela aprovação, com substitutivo, dos Projetos de Resolução nºs 100/2003, 229/2005, 5/2007, 232/2010, 234/2010, 10/2011 e 30/201; e pela rejeição dos Projetos de Resolução nºs 190/2001, 70/2003, 176/2004, 295/2006, 84/2007, 1/2011, 48/2011, 191/2013 e 240/2014 (Relator: Dep. Waldir Maranhão). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensados (19) os PRCs nºs 70/03, 100/03, 176/04, 229/05, 295/06, 5/07, 84/07, 232/10, 234/10, 1/11, 10/11, 30/11, 48/11, 191/13, 240/14, 95/15, 113/15, 115/16 e 230/17.

MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

(Art. 202 c/c art. 191 do Regimento Interno)

Discussão

20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 304-C, DE 2017
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 304-B, de 2017, **que acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica. (NT 62 e NT 64)**

21

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 504-A, DE 2010
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 504-A, de 2010, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para **incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Tripoli); da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade das de nºs 115/95, 150/95, 60/99 e 131/99, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Carlos Biscaia); e da Comissão Especial, pela aprovação das de nºs 115/95, 150/95, 60/99, 131/99, 100/03, 131/03 e 188/03, com substitutivo (Relatora: Dep. Neyde Aparecida). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensadas (7) as PECs nºs 115/95, 131/99, 150/95, 100/03, 131/03, 188/03 e 60/99.

22

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 70-C, DE 2011
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70-C, de 2011, que **altera o procedimento de apreciação das Medidas Provisórias pelo Congresso Nacional**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Berzoini); e da Comissão Especial, pela aprovação

desta, com substitutivo; e pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2 e 3/2013 (Relator: Dep. Walter Alves). **(NT 62 e NT 64)**

23

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 199-C, DE 2016
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº N° 199-C, de 2016, que **altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas**, e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relatora: Dep. Laura Carneiro); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas de nºs 1 a 12, apresentadas; e no mérito, pela aprovação desta, com emendas de redação, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 12, apresentadas (Relatora: Dep. Maria Helena). **(NT 62 e NT 64)**

24

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 200-B, DE 2016
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº N° 200-B, de 2016, que acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal **para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. João Campos); e da Comissão Especial, pela aprovação (Relator: Dep. Jorge Tadeu Mudalen). **(NT 62 e NT 64)**

ORDINÁRIA

(Art. 151, III, do Regimento Interno)

Discussão

25

PROJETO DE LEI N.º 3.796-E, DE 2004
(DA SRA. LAURA CARNEIRO)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.796-C, de 2004, que **dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá outras providências correlatas**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação do Substitutivo do Senado, com exceção dos incisos II e III do § 2º do art. 1º (Relator: Dep. Osmar Terra); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado, com exceção do inciso II do § 2º do art. 1º por inconstitucionalidade e do inciso III do § 2º do art. 1º por injuridicidade (Relatora: Dep. Sandra Rosado). **(T 62 e T 64)**

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 3.063-A, DE 2008
(DO SR. EDIO LOPES)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.063-A, de 2008, que altera a redação do art. 282, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. João Campos). **(Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada).** (NT 62 e T 64)

HA O RQU Nº 6.361/17, APRESENTADO.

01/06/2017
(QUINTA-FEIRA)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

- I. **Requerimento nº 4.990/16**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 5.130, de 2016**, do Sr. João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **(Propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção)** (NT 62 e T 64)
- II. **Requerimento nº 6.150/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Resolução nº 190, de 2001**, da Sra. Nair Xavier Lobo, que **suprime o art. 105 do Regimento Interno, que trata do arquivamento das proposições ao final da legislatura.** (NT 62 e NT 64).
- III. **Requerimento nº 6.344/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.989, de 2017**, do Sr. Odorico Monteiro, que **altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet.** (NT 62 e T 64).
- IV. **Requerimento nº 6.356/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 6.917, de 2017**, do Sr. Aureo, que **dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação - CDV.** (T 62 e T 64).

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

- V. **Requerimento nº 6.361/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.063, de 2008**, do Sr. Edio Lopes, que altera a redação do art. 282, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **(Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada).** (NT 62 e T 64).
- VI. **Requerimento nº 6.368/17**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.376, de 2015**, do Senado Federal, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para **incluir o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito no rol dos crimes hediondos.** (NT 62 e T 64).
- VII. **Requerimento nº 5.376/16**, do Sr. Carlos Andrade, que **requer a instalação de Comissão Externa destinada a acompanhar o fluxo crescente de imigrantes venezuelanos que vem ocorrendo no estado de Roraima.**

URGÊNCIA

(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

1

PROJETO DE LEI Nº 333-E, DE 1999
(DO SR. ANTÔNIO KANDIR)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 333-B, de 1999, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, **que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação (Relator: Dep. Paulo Lima); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator: Dep. Léo Alcântara); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado (Relator: Dep. Paulo Magalhães). **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU, EM 14/12/00.

2

PROJETO DE LEI Nº 4.742-A, DE 2001
(DO SR. MARCOS DE JESUS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.742-A, de 2001, que introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, **dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 4.960/01, apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Aldir Cabral). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (6) os PLs nºs. 4.960/01, 5.887/01, 5.971/01, 3.368/15, 5.503/16 e 7.461/17.

APROVADO O RQU Nº 4.109/16, EM 22/03/16.

3

PROJETO DE LEI Nº 5.273-C, DE 2016
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.273-C, de 2016, que **cria a Universidade Federal do Rondonópolis, por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso**; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda (Relator: Dep. Capitão Augusto); da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Sâguas Moraes); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Carlos Bezerra). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 4.481/16, EM 08/06/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

4

PROJETO DE LEI Nº 2.431-D, DE 2011
(DO SR. FELIPE BORNIER)

Discussão, em turno único, da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.431-C, de 2011, que **autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol**. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 4.415/16, EM 14/06/16.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

5

PROJETO DE LEI Nº 5.850, DE 2016
(DO SR. AUGUSTO COUTINHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.850, de 2016, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Pendente de parecer das Comissões de: Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(Agiliza procedimentos relacionados à destituição de poder familiar e à adoção de crianças e adolescente) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL nº 6.924/17.

APROVADO O RQU Nº 5.679/16, EM 15/02/17.

6

PROJETO DE LEI Nº 7.419-A, DE 2006
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.419-A, de 2006, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Pendente de parecer da Comissão Especial. **(Dispõe sobre a cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (138) os PLs nºs 4.076/01, 4.078/01, 4.367/01, 4.469/01, 4.570/01, 4.844/01, 7.267/02, 7.389/02, 71/03, 156/03, 311/03, 1.349/03, 1.603/03, 1.777/03, 2.474/03, 2.934/04, 3.058/04, 3.088/04, 3.247/04, 3.362/04, 3.708/04, 3.940/04, 4.075/04, 4.164/04, 4.632/04, 6.125/05, 6.510/06, 6.849/06, 7.128/06, 7.340/06, 7.600/06, 582/07, 590/07, 664/07, 756/07, 1.220/07, 1.942/07, 2.901/08, 3.473/08, 4.016/08, 4.393/08, 5.024/09, 5.143/09, 5.730/09, 6.483/09, 6.677/09, 6.821/10, 7.590/10, 7.594/10, 7.762/10, 8.048/10, 394/11, 657/11, 805/11, 1.076/11, 1.147/11, 1.431/11, 1.647/11, 1.677/11, 1.763/11, 2.066/11, 2.328/11, 2.538/11, 2.645/11, 2.734/11, 2.981/11, 2.982/11, 3.087/12, 3.285/12, 3.346/12, 3.675/12, 3.949/12, 4.036/12, 4.077/12, 4.201/12, 4.402/12, 4.726/12, 4.990/13, 5.152/13, 5.715/13, 5.912/13, 5.963/13, 6.067/13, 6.436/13, 6.714/13, 6.715/13, 6.819/13, 7.111/14, 7.142/14, 7.694/14, 7.844/14, 7.914/14, 69/15, 121/15, 176/15, 1.039/15, 1.272/15, 1.564/15,

1.948/15, 1.992/15, 2.128/15, 2.274/15, 2.295/15, 2.344/15, 2.504/15, 2.582/15, 2.608/15, 2.949/15, 3.223/15, 4.043/15, 4.097/15, 4.113/15, 4.294/16, 4.404/16, 4.477/16, 4.478/16, 4.485/16, 4.644/16, 4.729/16, 4.748/16, 4.787/16, 5.069/16, 5.113/16, 5.126/16, 5.191/16, 5.286/16, 5.532/16, 5.622/16, 5.779/16, 5.910/16, 6.033/16, 6.175/16, 6.455/16, 6.941/17, 6.948/17, 7.175/17, 7.501/17 e 7.589/17.

APROVADO O RQU N° 6.038/17, EM 08/03/17, PARA O PL 4.477/16, APENSADO.

7

PROJETO DE LEI N° 3.837, DE 2015
(DA SRA. RENATA ABREU)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 3.837, de 2015, que **torna obrigatória o registro de violência contra a mulher no prontuário de atendimento médico, na forma que especifica**. Pendente de parecer das Comissões: de Defesa dos Direitos da Mulher; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

APROVADO O RQU N° 6.014/17, EM 08/03/17.

8

PROJETO DE LEI N° 5.248 DE 2016
(DO SR. WEVERTON ROCHA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 5.248, de 2016, que **dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Ecocardiograma fetal em gestantes**. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (2) os PLs n°s 5.713/16 e 6.659/16.

APROVADO O RQU N° 6.027/17, EM 08/03/17.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

9

PROJETO DE LEI N° 1.530-C, DE 2015
(DO SR. EFRAIM FILHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 1.530-C, de 2015, que **dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, e dá outras providências**; tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Jose Stédile); da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator: Dep. Luiz Lauro Filho); e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 6.026/17, EM 14/03/17.

10

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 337, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar n° 337, de 2017, que altera a Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, que **institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União**. Pendente de parecer das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 5.911/17, EM 05/04/17.

11

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 100-B, DE 2011
(DO SR. DOMINGOS SÁVIO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar n° 100-B, de 2011, que

altera o §1º do art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971"; tendo parecer: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do de nº 241/13, apensado (relator: Dep. Luiz Carlos Hauly); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas; do de nº 241/13, apensado, com emenda; e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda (relator: Dep. Osmar Serraglio). **(Possibilita que os municípios que tenham disponibilidade de caixa depositem os recursos nas cooperativas de crédito) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PLP nº 241/13.

APROVADO O RQU Nº 6.015/17, EM 16/05/17.

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389-B, DE 2016

(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389-B, de 2016, que **aprova os textos das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010;** tendo parecer: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação (Relator: Dep. Rogério Marinho); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Delegado Waldir). **(NT 62 e NT 64)**

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 424-B, DE 2016

(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B, de 2016, que **aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011;** tendo parecer: da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). **(NT 62 e NT 64)**

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 553-A, DE 2016

(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 553-A, de 2016, que **submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014;** tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Alceu Moreira). **(NT 62 e NT 64)**

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 222-A, DE 2015
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 222-A, de 2015, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010**; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (Relator: Dep. Paulão). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e NT 64)**

Avocado nos termos do Artigo 52, § 6º do RICD

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 296-A, DE 2015
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 296-A, de 2015, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio da educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda, celebrado em Dublin, em 24 de novembro de 2010**; tendo parecer da Comissão de Educação, pela aprovação (Relator: Dep. Helder Salomão). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e NT 64)**

Avocado nos termos do Artigo 52, § 6º do RICD

PRIORIDADE

(Art. 151, II, do Regimento Interno)

Discussão

17

PROJETO DE LEI N.º 7.291-A, DE 2006
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.291-A, de 2006, **que dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense**; tendo pareceres: da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos de nºs 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 2.965/00, 3.034/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05 e 2.875/00, apensados (Relator: dep. Jorge Pinheiro); da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemenda substitutiva, e pela rejeição dos de nºs 2.875/00, 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 2.965/00, 3.034/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05 e 933/07, apensados (Relator: Dep. Antônio Carlos Biffi); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com as alterações feitas pela Emenda Substitutiva da Comissão de Educação e Cultura, com subemenda, e, no mérito, pela rejeição dos de nºs 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05, 933/07 e 2.875/00, apensados; e pela inconstitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa dos de nºs 2.965/00 e 3.034/00, apensados (Relator: Dep. Ricardo Tripoli). **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (16) os Pls nºs: 2.875/00, 2.913/00, 2.936/00, 2.957/00, 3.040/00, 3.041/00, 3.389/00, 3.419/00, 4.450/01, 4.770/01, 5.752/01, 12/03, 6.445/05, 933/07, 1.466/11 e 1.565/11.

HÁ O RQU Nº 7.427/10, APRESENTADO.

18

PROJETO DE LEI Nº 1.572-B, DE 2007
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.572-B, de 2007, que aumenta as penas privativas de liberdade cominadas para os crimes contra a incolumidade pública descritos nos arts. 250, 251, 260, 261, 262 e 265 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; tendo parecer: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do de nº 257/07, apensado (Relator: Dep. Pinto Itamaraty); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste; pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do de nºs 257/07 e 4.218/08, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (Relator: Dep. Esperidião Amin). **(Aumenta as penas para crimes de incêndio, explosão, atentados contra serviços de transporte, perigo de desastre ferroviário, atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo, e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública) (NT 62 e T 64).**

Tendo apensados (2) os PLs nºs 257/07 e 4.218/08.

19

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76-B, DE 2007
(DO SR. JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 76-B, de 2007, que modifica o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007; tendo parecer: da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, pela aprovação deste, com emenda (Relator: Dep. Mauro Lopes); da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação deste, dos de nºs 380/08, 403/08 e 475/09, apensados, e da Emenda da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, com substitutivo (Relator: Dep. Júlio César); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e dos de nºs 380/08, 403/08, 475/09, 119/15, 106/15 e 128/15, apensados, com emendas; da Emenda da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemendas (Relator: Dep. Rodrigo Pacheco). **(Inclui municípios de Minas Gerais na área de abrangência da Sudene) (NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (6) os PLPs nºs 380/08, 403/08, 475/09, 106/15, 119/15 e 128/15.

HÁ O RQU Nº 4.009/16, APRESENTADO.

20

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 190-B, DE 2001
(DA SRA. NAIR XAVIER LOBO)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 190-B, de 2001, **que suprime o art. 105 do Regimento Interno, que trata do arquivamento das proposições ao final da legislatura**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Resolução nºs 100/03, 229/05, 5/07, 232/10, 234/10, 10/11 e 30/11, apensados, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e dos de nºs 70/03, 176/04, 229/05, 84/07, 1/11, 48/11, 191/13 e 240/14, apensados (Relator: Dep. Luiz Couto); e da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pela aprovação, com substitutivo, dos Projetos de Resolução nºs 100/2003, 229/2005, 5/2007, 232/2010, 234/2010, 10/2011 e 30/201; e pela rejeição dos Projetos de Resolução nºs

190/2001, 70/2003, 176/2004, 295/2006, 84/2007, 1/2011, 48/2011, 191/2013 e 240/2014 (Relator: Dep. Waldir Maranhão). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensados (19) os PRCs nºs 70/03, 100/03, 176/04, 229/05, 295/06, 5/07, 84/07, 232/10, 234/10, 1/11, 10/11, 30/11, 48/11, 191/13, 240/14, 95/15, 113/15, 115/16 e 230/17.

HÁ O RQU Nº 6.150/17, APRESENTADO.

MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

(Art. 202 c/c art. 191 do Regimento Interno)

Discussão

21

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 304-C, DE 2017 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 304-B, de 2017, que **acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica.** **(NT 62 e NT 64)**

22

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 504-A, DE 2010 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 504-A, de 2010, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para **incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Tripoli); da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade das de nºs 115/95, 150/95, 60/99 e 131/99, com substitutivo (Relator: Dep. Antonio Carlos Biscaia); e da Comissão Especial, pela aprovação das de nºs 115/95, 150/95, 60/99, 131/99, 100/03, 131/03 e 188/03, com substitutivo (Relatora: Dep. Neyde Aparecida). **(NT 62 e NT 64)**

Tendo apensadas (7) as PECs nºs 115/95, 131/99, 150/95, 100/03, 131/03, 188/03 e 60/99.

23

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70-C, DE 2011 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70-C, de 2011, que **altera o procedimento de apreciação das Medidas Provisórias pelo Congresso Nacional**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. Ricardo Berzoini); e da Comissão Especial, pela aprovação desta, com substitutivo; e pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2 e 3/2013 (Relator: Dep. Walter Alves). **(NT 62 e NT 64)**

24

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 199-C, DE 2016 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº N° 199-C, de 2016, que **altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras**

providências; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relatora: Dep. Laura Carneiro); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas de nºs 1 a 12, apresentadas; e no mérito, pela aprovação desta, com emendas de redação, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 12, apresentadas (Relatora: Dep. Maria Helena). **(NT 62 e NT 64)**

25

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 200-B, DE 2016
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº N° 200-B, de 2016, que acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal **para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel**; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (Relator: Dep. João Campos); e da Comissão Especial, pela aprovação (Relator: Dep. Jorge Tadeu Mudalen). **(NT 62 e NT 64)**

ORDINÁRIA

(Art. 151, III, do Regimento Interno)

Discussão

26

PROJETO DE LEI N.º 3.796-E, DE 2004
(DA SRA. LAURA CARNEIRO)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.796-C, de 2004, que **dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá outras providências correlatas**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação do Substitutivo do Senado, com exceção dos incisos II e III do § 2º do art. 1º (Relator: Dep. Osmar Terra); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado, com exceção do inciso II do § 2º do art. 1º por inconstitucionalidade e do inciso III do § 2º do art. 1º por injuridicidade (Relatora: Dep. Sandra Rosado). **(T 62 e T 64)**

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

27

PROJETO DE LEI N.º 3.063-A, DE 2008
(DO SR. EDIO LOPES)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.063-A, de 2008, que altera a redação do art. 282, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. João Campos). **(Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada)**. **(NT 62 e T 64)**

HÁ O RQU Nº 6.361/17, APRESENTADO.

**01/06/2017
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**02/06/2017
(SEXTA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**
